


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0002616-16.2011.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 14/03/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

RAQUEL FRANCO DOS SANTOS e VALTENCIR GONSALES propõe ação contra **BANCO DO BRASIL S/A e ESTADO DE SÃO PAULO**. Aos 23/12/2010, no posto *Poupatempo* desta cidade, pagaram uma quantia, no Banco do Brasil desse posto, com uma cédula de R\$ 100,00. A funcionária da instituição financeira, porém, afirmou que a nota era falsa e comunicou a gerente. Os autores foram mantidos na sala de supervisão do *Poupatempo*. Foram expostos e humilhados, publicamente. Por horas aguardaram a chegada dos policiais, que os conduziram – ele, algemado - ao Distrito Policial, sob constrangimento. Ocorre que a nota não era falsa. Pediram a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais.

O Estado de São Paulo contestou (fls. 44/53). É parte ilegítima porque não houve qualquer ilícito da parte dos agentes públicos, e sim de funcionários da instituição financeira ré. A autora também é parte ilegítima, pois a inicial narra constrangimentos supostamente sofridos apenas pelo autor, não por ela. Se não bastasse, ao contrário do alegado, não houve qualquer exposição dos autores a constrangimento ou humilhação, já que foram tratados com respeito e consideração. Mais à frente, em outra petição (fls. 69/73), alegou ainda que a administração do *Poupatempo* não cabe ao Estado de São Paulo, e sim à pessoa jurídica Consórcio TTBS, que celebrou convênio com a Prodesp, sem qualquer participação da administração direta.

Os autores replicaram (fls. 57/60).

O Banco do Brasil não contestou (fls. 54), embora mais tarde (fls. 166) tenha ingressado no processo alegando ilegitimidade ativa sob o fundamento de que não há unidade da instituição financeira no *Poupatempo*, lá atuando um


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

correspondente bancário apenas. O contrato com o correspondente bancário, em momento ulterior do processo, veio aos autos (fls. 195/263).

Instados a especificar provas, os autores declararam não ter outras provas a produzir (fls. 176), e a corrê requereu a produção de prova oral.

Os autores (fls. 269) "denunciaram à lide" a pessoa jurídica Comércio Eletrônico Massificado Fácil e Shop Ltda.

O processo foi saneado (fls. 270/271) com a rejeição das preliminares, o indeferimento da denúncia da lide e a determinação de produção de prova oral.

Em audiência de instrução foram ouvidas três testemunhas (fls. 289/290, fls. 291/292, e 293/294), e a autora apresentou atestado de óbito do autor (fls. 295).

As partes apresentaram memoriais (fls. 331, 337/341, e 344/347).

FUNDAMENTAÇÃO

As preliminares já foram apreciadas em saneamento (fls. 270/271).

A ação é procedente em relação ao Banco do Brasil, e improcedente em relação ao Estado de São Paulo.

Quanto ao Estado de São Paulo, com as vênias merecidas aos autores, não resultou provada a sua responsabilidade. Seus agentes não falharam na prestação de seus serviços. Solicitada a sua intervenção pelos prepostos do Banco do Brasil, compareceram ao local, levaram os autores ao Distrito Policial (com discrição e sem o uso de algemas, *vide* fls. 289/290) e lavraram o BO. Sem que tenha sido comprovado abuso em sua intervenção. E o fato de tudo ter ocorrido dentro da unidade do *Poupatempo* também não é bastante para atrair responsabilidade estatal, prevalecendo a circunstância de que o profissional que imputou a suspeita aos autores é de instituição distinta, o Banco do Brasil.

Sob outro giro, a responsabilidade do Banco do Brasil pelos danos suportados pelos autores está comprovada.

Os autores efetuaram um pagamento ao correspondente bancário do Banco do Brasil no Poupatempo com uma cédula verdadeira (cf. laudo de fls. 29/30) que, por desconhecimento e despreparo do recebedor, foi reputada falsa.

A suspeita de falsidade não teve qualquer embasamento.

A inicial relata (e consta no BO, fls. 23/24) e o Banco do Brasil – que não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

ofereceu contestação – não impugna a afirmação de que o principal motivo da suspeita foi a ausência da inscrição "Deus seja Louvado" na cédula.

Ocorre que, como consta em email encaminhado pelo BCB à autora (fls. 25/27), as primeiras cédulas do real não continham a inscrição, o que somente se deu a partir das notas da série A1202.

O desconhecimento do correspondente bancário sobre uma questão que concerne à sua atividade rotineira (recebimento de pagamentos com cédulas) configura imperícia e ato culposo (art. 186, CC) e, na perspectiva organizacional, serviço defeituoso da instituição financeira em cujo nome age (art. 20, CDC).

Assim, o Banco do Brasil é responsável pela injustificada suspeita que seu contratado lançou sobre a autenticidade da cédula apresentada pelos autores e, conseqüentemente, sobre a própria idoneidade e honestidade dos autores.

A suspeita lançada pelos agentes (ainda que terceirizados) da instituição financeira, sobre os autores, foi realizada de modo absolutamente temerário.

Ocorrido dano moral, deverá ser indenizado pela instituição.

E o dano moral foi comprovado.

A prova testemunhal (fls. 289/290, 291/292, 293/294) evidencia que os autores, sem qualquer necessidade, a partir de uma suspeita indevida, foram abordados na saída do *Poupatempo*, levados à administração, onde por tempo razoável tiveram de aguardar a vinda da polícia civil, que os convidou (e difícil recusar um convite da polícia civil!) a se dirigirem ao Distrito Policial para a lavratura de boletim de ocorrência, no qual o autor consta como averiguado. Tudo a partir de uma suspeita indevida, sem necessidade, sem justificativa plausível.

Inequívoco, segundo as regras de experiência (art. 335, CPC), o ocorrido gera constrangimento e abalo anormais, ofendendo o sentimento de dignidade e honorabilidade da pessoa.

Ainda que não tenham sido públicas as imputações.

Tendo em vista tais circunstâncias, segundo parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, com o intuito de compensar de alguma forma o sofrimento dos autores, um lenitivo para o mal afligido, assim como, por outro lado, evitar-se o enriquecimento sem causa, arbitro a indenização em R\$ 3.000,00 (três mil reais)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

para cada autor.

Saliente-se que ambos os autores foram atingidos pelo ilícito perpetrado pelo correspondente bancário e gerente, merecendo indenização. Os dois autores sofreram em razão do ilícito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para rejeitar o pedido em relação ao Estado de São Paulo e condenar o Banco do Brasil a pagar a cada um dos autores a quantia de R\$ 3.000,00, com atualização monetária desde a presente data (14/03/2014) e juros moratórios desde o fato (23/12/2010).

Condeno os autores em custas, despesas e honorários em relação ao Estado de São Paulo, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG, e o réu Banco do Brasil em custas, despesas e honorários em relação aos autores, arbitrados estes em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 12 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA